

PROPOSTA DE UM PROJETO DE HUMANIDADE PARA A CIDADE DE SÃO PAULO

INTRODUÇÃO

O trabalho na área de atenção à infância e adolescência implica na formulação de políticas públicas que tornem clara a intenção de promover a sua inserção na família e na sociedade. Uma política que redefina os padrões de comportamento, a apropriação cultural do seu meio, a possibilidade de expressar suas emoções e, mais que tudo, estabelecer vínculos capaz de possibilitar o pleno desenvolvimento de sua afetividade.

A abordagem junto à criança e ao adolescente, portanto, deverá superar a idéia de mera garantia da sobrevivência e preterir a plena satisfação dos seus anseios, a busca do desenvolvimento de sua capacidade criativa e a liberdade de expressão em todos os níveis da vida social.

A partir destas premissas entende-se a criança e o adolescente como sujeitos sociais, protagonistas da sua própria história, responsáveis por sua conduta no ambiente das suas relações sociais, atuando sobre situações diversas.

Nesta perspectiva, a criança e o adolescente desenvolverão uma consciência crítica da realidade, decodificando-a para compreendê-la e intervir sobre ela alterando-a. Assim, as diretrizes aqui formuladas darão conta do princípio da formação educacional em todos os níveis, desde o conhecimento formal à vivência cotidiana no meio social, bem como uma abordagem a partir de uma visão totalizadora do ser em desenvolvimento.

Trata-se de proposições inclusivas que entendam a educação como a dimensão social capaz de promover o crescimento autônomo recriando elementos e conteúdos a partir da realidade dinâmica negando a sua fragmentação e compreendendo a criança e o adolescente como ser integral indivisível em permanente interação com a totalidade da vida.

DIRETRIZES QUE ORIENTARÃO A FORMULAÇÃO DE PROGRAMAS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

A IV Conferência dos direitos da Criança e do Adolescente representa um marco no processo de atenção à infância e à juventude no Município de São Paulo, pois pela primeira vez, o poder público não só se coloca como parceiro, como assume como prioridade de governo, o compromisso efetivo de mudança no quadro de abandono da infância e da juventude que venha resultar na melhoria de sua qualidade de vida.

As ações que o governo municipal irá desenvolver em quatro anos, estarão dirigidas à toda população infanto juvenil, com abordagem específica para cada segmento social, com políticas públicas que considerem desde o processo de exclusão sócio econômica de grande parcela da população, até o atendimento dos anseios e interesses de amplos setores da cidade.

É neste sentido que a Prefeitura de São Paulo propõe um compromisso com os gestores municipais da região metropolitana, com ações de natureza diversas e integradas que superem a idéia de abrigo e recolhimento e enfatizem programas integrados de atenção.

Desta forma, torna-se necessário traçar um plano de metas a ser perseguido, que defina e mensure a melhoria dos indicadores tradicionais de qualidade de vida, entre outros, a diminuição da mortalidade infantil; cobertura escolar; qualidade de ensino; protagonismo juvenil etc...

É preciso, contudo, construir um corpo de conhecimento sobre a infância e adolescência na cidade de São Paulo, que referenciarão programas multidisciplinares e intersetoriais de amplo espectro e que permitam integrar ações programáticas de atendimento, através da rede de serviços e programas desenvolvidos pelas diversas secretarias, a partir de uma cultura multisetorial com um forte apelo comunitário que permita criar e manter vínculos de afetividade e de identidade com o meio social.

É invertendo a lógica do processo de planejamento centralizado, normativo e fragmentado do serviço público, pela racionalidade comunicativa da descentralização a partir das subprefeituras, que se ampliarão os resultados favoráveis dos programas. Aí inclui-se um grande processo de formação de educadores da rede da saúde, do esporte, da educação, da assistência social,

que aliada ao Programa de Saúde Familiar potencializará a ação dos programas.

Com relação às crianças e adolescentes em conflito com a lei, o governo buscará municipalizar as medidas sócio-educativas, desenvolvendo programas de atenção que resultem na reelaboração de valores, comportamentos e redução da reincidência.

Para romper com o ciclo da falta de perspectiva da criança e do adolescente e a atração pela rua, o governo municipal propõe a constituição de um fórum que reúna todas as entidades que vêm prestando assistência a criança, para que neste esforço organizado possa-se disparar ações educativas de grande significado nas ruas da cidade. Estas ações somadas a outras responderão pela aplicação do ECA.

Garantir o acesso e permanência no sistema de educação nos níveis da primeira infância ao ensino fundamental, através da administração direta e indireta, bem como o atendimento das necessidades básicas da criança e do adolescente, no que se refere à sua formação bio-psico-social, com a instalação de programas de educação física esporte e lazer.

O governo municipal implantará ainda, uma política cultural que dê visibilidade à produção do adolescente, desenvolvendo programas culturais que lhe permita sentir-se capaz de organizar-se em grupos de interesse, onde possa exercer os seus talentos e habilidades

Handwritten mark resembling a stylized 'J' or 'L' with a horizontal line extending to the right.

Faint, illegible text at the top of the page, possibly a header or title.

Second line of faint, illegible text.

Third line of faint, illegible text.

Fourth line of faint, illegible text.

Fifth line of faint, illegible text.

Sixth line of faint, illegible text.

Seventh line of faint, illegible text.

Eighth line of faint, illegible text.